



[Atribuição BB CY 4.0](#)

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Analisando o Programa Erês da UEMG

Laura Regina Gouvea¹
Mariana Cavaca Alves do Valle²
Otavio Henrique Ferreira da Silva³
Romilda Oliveira Alves⁴

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a formação de professoras da educação infantil para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da experiência formativa construída no âmbito do Programa Erês. O Programa Erês: Curso de Formação Continuada em Educação Infantil, Infâncias e Relações Étnico-Raciais, iniciativa da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), visa à formação continuada de professoras para práticas pedagógicas sensíveis às relações étnico-raciais na educação infantil. O curso, realizado de forma online, integra temáticas sobre culturas africanas, afro-brasileira e indígenas, propondo a desconstrução do racismo e a valorização da diversidade. A mediação das turmas enfrentou desafios como desigualdade tecnológica e diferentes níveis de compreensão do tema pelas cursistas. Utilizando estratégias interativas e reflexivas, buscou-se

¹ Licencianda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: laura.1397727@discente.uemg.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: mariana.valle@uemg.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: otavio.silva@uemg.br

⁴ Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: romilda.alves@uemg.br

promover um ambiente de troca, apoio e desenvolvimento pedagógico. A formação impulsionou mudanças significativas, como o uso de práticas antirracistas e a inclusão de referências culturais representativas. Apesar das barreiras, o impacto positivo do curso reforçou a importância da educação antirracista na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, destacando a relevância das professoras da educação infantil para transformar as práticas escolares cotidianas.

Palavras-chave

Formação Continuada; Relações Étnico-Raciais; Educação Infantil; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008.

64

Recebido em: 15/11/2024
Aprovado em: 24/12/2024

TRAINING OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS FOR ETHNIC- RACIAL RELATIONS EDUCATION: *Analyzing the UEMG Erês Program*

Abstract

The article aims to analyze the training of early childhood education teachers for the Education of Ethnic-Racial Relations based on the training experience built within the scope of the Erês Program. The Erês Program: Continuing Training Course in Early Childhood Education, Childhood and Ethnic-Racial Relations, an initiative of the State University of Minas Gerais (UEMG), aims at the continued training of teachers for pedagogical practices sensitive to ethnic-racial relations in early childhood education. The course, held online, integrates themes on African, Afro-Brazilian and indigenous cultures, proposing the deconstruction of racism and the appreciation of diversity. The mediation of the classes faced challenges such as technological inequality and different levels of understanding of the topic by the course participants. Using interactive and reflective strategies, we sought to promote an environment of exchange, support and pedagogical development. The training drove significant changes, such as the use of anti-racist practices and the inclusion of representative cultural references. Despite the barriers, the positive impact of the course reinforced the importance of anti-racist education in building a more just and equitable society, highlighting the relevance of early childhood education teachers in transforming everyday school practices.

Keywords

Continuing Training; Ethnic-Racial Relations; Early Childhood Education; Law 10,639/2003; Law 11,645/2008.

Introdução

A experiência relatada neste trabalho surge a partir da atuação como formadores(as) no Programa Erês: Curso de Formação Continuada em Educação Infantil, Infâncias e Relações Étnico-Raciais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ofertado no período de maio a novembro de 2024. O objetivo geral do Programa Erês foi fornecer instrumentos teórico-metodológicos para as professoras da educação infantil atuarem na implementação da educação antirracista amparada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos estabelecimentos públicos e privados de educação infantil.

Inserido no contexto da UEMG unidade acadêmica de Ibirité, a equipe do Programa contou com os trabalhos de um coordenador, uma vice-coordenadora e nove docentes conteudistas que, além de serem responsáveis pelas ementas e planejamento das vivências formativas, atuaram como mediadores das turmas. Além disso, possuía um total de 25 docentes e 25 estudantes responsáveis pela mediação dos trabalhos formativos. Contou-se também com dois estudantes que atuaram na produção dos designers do Programa, além de duas bolsistas que apoiaram a coordenação geral do Programa.

O Programa Erês teve como público-alvo professoras⁵ da educação infantil das redes pública e particular de Minas Gerais, mas acolheu inscrições de professoras de outros 21 estados do Brasil, totalizando 2700 cursistas, divididos em 25 turmas de aproximadamente 108 cursistas em cada. Algumas cursistas, além de professoras da educação infantil, eram diretoras de instituições de educação infantil, coordenadoras pedagógicas ou atuavam em secretarias municipais de educação na área da gestão da educação infantil. Assim, buscou-se uma formação sensível às questões étnico-raciais, partindo do entendimento de que a educação infantil precisa estar atenta às diversas infâncias, às experiências de vida e ao reconhecimento das identidades culturais e étnico-raciais das crianças brasileiras, em particular as negras e indígenas.

O curso foi ofertado com o auxílio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle, onde as cursistas tiveram acesso a todo material de apoio disponibilizado pelos docentes conteudistas. Além disso, utilizou-se dos grupos de Whatsapp para comunicação geral e comunicação com

⁵ Público em sua maioria feminino, com algumas exceções.

as turmas, da plataforma Jitsi Meet para encontros síncronos com as turmas e *lives* no YouTube para todos os cursistas.

A relevância deste trabalho se intensifica em um cenário educacional marcado por desafios políticos e econômicos que impactam diretamente a qualidade e a inclusão na educação pública. O curso busca, nesse contexto, fortalecer as práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas, proporcionando às educadoras ferramentas para transformar suas ações no cotidiano escolar. A presença de temas como o combate ao racismo estrutural, o reconhecimento das culturas africana, afro-brasileira e indígena, e a promoção de uma educação antirracista e contracolonial (BISPO DOS SANTOS, 2015) desde a infância representam um movimento pedagógico necessário para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Assim, este texto tem como objetivo geral analisar a formação de professoras da educação infantil para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da experiência formativa construída no âmbito do Programa Erês. Para além das questões apresentadas nesta introdução, o texto irá discutir, num primeiro momento, a importância da formação de professoras da educação infantil para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e, num segundo momento, traremos relato de experiência baseado em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com foco na observação participante e na análise de diálogos e interações ocorridas ao longo do processo formativo no Programa Erês. Adotamos estratégias de mediação que facilitaram a construção coletiva de saberes, promovendo um espaço de troca de experiências, reflexões e práticas pedagógicas antirracistas.

Espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para a compreensão da importância de programas de formação continuada que promovam o diálogo entre a inclusão e a diversidade, possibilitando a construção de uma prática pedagógica que reconheça e valorize as diferentes infâncias presentes nas escolas e na sociedade brasileira.

Formação de professores(as) da educação infantil para ERER

De acordo com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, é obrigatória a inserção no currículo oficial do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, incluindo a educação infantil (BRASIL, 2003;

2008). Assim, é necessária uma formação qualificada, que dê conhecimento e preparo adequado à professores(as) em prol de uma educação antirracista dentro e fora do ambiente educativo.

A formação docente para a EREER permeia o ensino de conceitos base tais como raça, racismo, ações afirmativas, liberdade religiosa, identidade étnico-racial, oralidade, ancestralidade, resistência e consciência sobre a cultura negra e indígena. Compreende-se que, uma vez aprendidos esses conceitos, os mesmos possam ser ensinados por meio de práticas pedagógicas coesas com a luta antirracista, buscando romper com um ensino colonizador, omissivo, que favorece a branquitude:

O enfoque da formação para as relações étnico-raciais perpassa pela compreensão das violências simbólicas, sociais, físicas e históricas que marcaram os indígenas e negros no Brasil a fim de rompermos com o imaginário social que mantém no cotidiano escolar a reprodução da cultura racista, preconceituosa e de discriminação racial (GRANDO; PINHO; RODRIGUES, 2018, p. 90).

A docência como agente direto na formação da criança na educação infantil e na educação básica é peça fundamental para executar práticas pedagógicas antirracistas, conscientes de que no atual cenário “em que vivemos é necessário destruir e arrancar as raízes das desigualdades históricas a todo momento. Certas reparações podem ser feitas, aos poucos e com respeito, na prática docente” (MOTTA; ARAÚJO; MAIA, 2021, p. 3). Segundo Dias (2012), essas práticas devem ter o princípio da ludicidade em prol não apenas de explicar como ocorreram os males contra a população negra ou indígena, mas procurando referências na cultura brasileira em prol de valorizá-las.

Os cursos de formação de professores para a educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas. E isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos (DIAS, 2012, p. 668).

Deste modo, tendo como perspectivas formadoras, apostou-se num ensino não apenas de teorias, no curso de formação de docentes para as relações étnico-raciais, mas também o desenvolvimento de “experiências de aprendizagem” que permitam ao docente explorar todo o patrimônio cultural brasileiro e, através destas produções, aplicá-las em sala de aula, objetivando a prática docente antirracista.

[...] que pensemos em construções de pedagogias da infância preocupadas em não reproduzirem o adultocentrismo e o racismo presentes na sociedade, de modo a nos questionarmos sobre a possibilidade de “escutas e olhares invertidos” que nos ajudem a compreender as linguagens infantis, e também problematizar as concepções pedagógicas relativas às relações étnico-raciais na Educação Infantil. Ainda, partindo destas inquietações, proponho um convite à construção de pedagogias descolonizadoras, que não forneçam subsídios para a construção de uma racialização e reprodução das desigualdades classe, gênero e sexualidade (SANTIAGO, 2014, p. 94).

A formação para a EREER deve capacitar o docente para o conhecimento de brinquedos e brincadeiras africanos, afro-brasileiros e indígenas para aplicação em ações de sala de aula. Conforme estabelecem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo da formação das crianças na educação infantil deve conter o brincar, que é um grande aliado para a promoção da educação étnico-racial. As crianças devem brincar de formas variadas, em espaços e tempos diferenciados, convivendo com brincadeiras oriundas de diferentes culturas:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2018, p. 38).

De acordo com os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Neste sentido, é necessária a construção de um olhar crítico do docente a respeito dos recursos pedagógicos empregados em suas práticas docentes, de modo que favoreçam a construção positiva da imagem das pessoas negras e indígenas. Essa educação antirracista deve acontecer de forma articulada com os eixos estruturantes do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, previstos nas diretrizes da BNCC. E de modo geral, suscitar um ambiente escolar que esteja aberto a trazer a Educação das Relações Étnico-Raciais para a formação cidadã das crianças, valorizando a diversidade:

Além disso, apontou-se como esse caráter estrutural faz do racismo uma problemática que pode permear as relações étnico-raciais, os processos e as dinâmicas de funcionamento do ambiente escolar, suscitando, portanto, a necessidade de se combater esse ideário discriminatório com práticas docentes que almejem incentivar a criação de um ambiente

Na educação infantil é preciso promover a capacitação das professoras de forma a levá-las a pensar também nos espaços das turmas e demais espaços do ambiente escolar. Diante de ambientes educativos que não trazem reflexões ou que propiciam um *modus eurocêntrico*, com desenhos e imagens de predominância branca (ou com alusão ao eurocentrismo), destituído de elementos da cultura brasileira, é de fundamental importância as intervenções pedagógicas dos professores(as). Isso perpassa os objetos de uso, a decoração e até os brinquedos, para que possam respeitar a diversidade étnico-racial, estando presente no saber-fazer cotidianos com as crianças da educação infantil:

Considerando a disponibilização nesses espaços de espelhos, brinquedos, tapetes, rolinhos, lápis, pincéis, almofadas, tapetes emborrachados, argila, massa de modelar, jogos de encaixe, entre outros, consideramos imprescindível a oferta de bonecas e bonecos negros/as de forma equivalente aos demais bonecos e bonecas existentes representando a diversidade de tons de pele, tipos de cabelo e pluralidade fenotípica que representa a população negra (SILVA; DIAS; AMORIM, 2018, p. 252).

A EREER como processo de formação também trabalha questões subjetivas sobre a identidade do próprio docente, por isso é necessário fortalecer na trajetória formativa a consciência do que de fato é uma educação em prol da erradicação do racismo e contracolônia, entendendo assim as nuances e desafios dessas ações em uma sociedade racista. Em outras palavras, é preciso trazer a compreensão de que essa ação, faz do (a) professor(a) um(a) militante, que resiste na luta antirracista por meio de ações políticas para a cidadania e emancipação:

Trabalhar com a diversidade étnico-racial, especialmente na educação infantil, exige, sim, que o professor assuma um compromisso ético e político. Apesar de haver nas propostas oficiais recomendações para que as instituições ofereçam esse tipo de conhecimento, sabemos que incluí-lo nas práticas pedagógicas é romper com a lógica da reprodução do racismo institucional, o que nos mostra que a professora, ao trazer a “coragem” como um princípio importante, sentiu-se desafiada e questionada na produção de sua prática (DIAS, 2012, p. 665).

A formação de professores(as) em EREER, envolve formar profissionais não apenas como educadores, mas seres humanos com princípios éticos e respeitosos com as demais pessoas e seres do planeta, prontos para não apenas ensinar, conscientizar e valorizar, mas também combater práticas discriminatórias em raça, classe e gênero. Segundo Motta e Araújo (2021), muitos aprendem a ensinar, mas não sabem lidar com os desafios que surgem no dia a dia. Por isso, a:

[...] educação das relações étnico-raciais visa também capacitar os professores como combater e discutir sobre o racismo e seus efeitos (dentro e fora do ambiente escolar), e, finalmente, propiciar a reeducação para relações étnico-raciais plurais e diversas (NEGREIROS, 2017, p. 83).

É preciso ter uma postura política de enfrentamento ao racismo, não basta reconhecer a sua existência, mas se dedicar a compreender sua complexidade como estruturante das relações sociais. Silenciar-se diante de uma brincadeira racista é uma escolha que diz respeito à falta de criticidade do educador para tratar a questão, sobretudo da crença de que não existe racismo no Brasil. Neste sentido, os educadores devem estar preparados para mediar e negociar os conflitos de maneira pedagógica. Sendo assim, é preciso capacitá-los a estarem prontos a qualquer enfrentamento no que se refere à retaliação racista, entre crianças e até mesmo professores(as), e para propiciar ambiente fértil para a diversidade e pluralidade em ambiente escolar.

Capacitar professores(as), na EREER é também perpassar assuntos como infância e identidade, pois é na primeira infância mais especificamente no período da educação infantil, que a criança está entendendo-se no mundo e construindo sua identidade. De acordo com a BNCC, no período da educação infantil a criança deve:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2018, p. 38).

Assim, preparar as professoras para compreender as infâncias e suas diversidades, tanto sociais, raciais, socioeconômicas, regionais, históricas, e culturais, entendendo que essas bases são necessárias tanto para a construção da criança como ser, mas em sua formação identitária para as relações étnico-raciais. Desde cedo as crianças devem ser ensinadas a entender contextos culturais diversos, e saber ser respeitosa as diferenças, com ação e consciência transgressora a atitudes e posturas excludentes presenciadas nas interações sociais. Assim, a educação infantil

[...] primeiro como espaço dentro do qual deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diversidade humana, adequando-se os espaços físicos, materiais didáticos e paradidáticos e preparando-se educadoras e funcionários para serem agentes de promoção da diversidade; o segundo ângulo situa a Educação Infantil instrumento de transformação social no sentido em que prepara a infância para valorar positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade de tal sorte que a médio e longo prazo o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade. Isto é, não basta que a Educação Infantil não seja ela própria uma fonte de discriminação, cabendo-lhe

também fomentar uma cultura de respeito recíproco e de convivência harmoniosa entre todos os grupos étnico-raciais, como também culturais e religiosos, entre outros (SILVA JÚNIOR, 2012, p. 71).

Formar professores(as) para EREER é trazer o conhecimento teórico (acadêmicos, literários etc.), práticas pedagógicas, entre outras bases curriculares, em prol de formar e capacitar profissionais de qualidade, mas também formar cidadãos(ãs) éticos, contracoloniais, que busquem cada vez mais desarraigar a hegemonia racista, normatizadora, e normalizadora contra os direitos humanos e em desrespeito a humanidade, que sem sombra de dúvida é diversa, plural e permeada por uma diversidade cultural e étnico-racial.

72

Um relato de experiência de formadoras(es) do Programa Erês

Este relato de experiência, escrito por meio de reflexões nossas, terá como foco os aspectos da relação entre formadores e os cursistas, trata-se de uma experiência ocorrida a partir de duas turmas do Programa, cujo total são 25 turmas cada uma com 108 cursistas, totalizando 2700, cursistas. Para tanto, iremos tratar neste relato questões sobre a seleção e contextualização das turmas, a estrutura dos módulos e acompanhamento das atividades, as técnicas de mediação e ferramentas utilizadas, limitações e possibilidades da formação, impacto da formação no repertório das educadoras, reflexões sobre educação antirracista e formação de educadoras e o papel da mediação no processo de formação.

A coleta de dados para o relato de experiência se deu principalmente por meio da observação participante durante os encontros síncronos e a análise das interações ocorridas na plataforma de aprendizagem. Registramos as principais discussões, trocas de experiências e desafios relatados pelas educadoras, com o objetivo de identificar as barreiras e os avanços na compreensão e aplicação de práticas pedagógicas antirracistas. A análise qualitativa desses dados permitiu-nos captar os sentimentos e percepções das educadoras em relação ao conteúdo abordado, assim como a evolução de suas perspectivas ao longo do curso.

Além disso, ao final de cada módulo, aplicamos uma atividade de autoavaliação para que as participantes refletissem sobre o próprio aprendizado e o impacto dos conteúdos na sua prática. Essa etapa foi fundamental para obter

feedbacks e ajustar a mediação, garantindo que as necessidades e expectativas das educadoras fossem atendidas, conforme será analisado adiante.

Em relação a seleção e contextualização das turmas estas foram compostas por educadoras e profissionais de diferentes regiões do Brasil, mas a maioria dos cursistas são de Minas Gerais, representando uma diversidade de contextos socioeconômicos e culturais. Essa heterogeneidade trouxe uma riqueza de perspectivas e desafios que enriqueceram a formação. Para garantir uma mediação eficiente e adequada às necessidades de cada turma, foi essencial entender o perfil das participantes e suas expectativas em relação ao curso. Logo no início, realizamos uma atividade de apresentação e levantamento de expectativas, o que nos permitiu mapear as experiências prévias, conhecimentos prévios e interesses das educadoras, possibilitando uma adequação das dinâmicas e discussões ao longo do curso.

Sobre a estrutura dos módulos e acompanhamento das atividades, o curso se organizou em módulos temáticos, cada um focado em diferentes aspectos das relações étnico-raciais e no contexto da educação infantil. Esses módulos abordaram temas como jogos e brincadeiras africanos, afro-brasileiros e indígenas, musicalização e letramentos nas culturas africanas e indígenas, além de práticas artísticas e narrativas. Para cada módulo, eram propostas atividades teóricas e práticas, incluindo leituras, discussões em grupo, atividades reflexivas e vivências que estimulassem a análise crítica das práticas pedagógicas das educadoras.

Conforme descrito no quadro 01, o Programa está estruturado em três módulos que estão divididos em três vivências formativas cada um:

Quadro 1 – Módulos e Vivências Formativas do Programa Erês

Módulos	Vivências Formativas
1 - Fundamentos sobre relações étnico-raciais na educação infantil	A - O que é uma educação antirracista para a infância? princípios e fundamentos
	B - Infância negra, território, cultura e educação
	C - Infância indígena, território, cultura e educação
2 - Jogos, brincadeiras e brinquedos africanos, afro-brasileiros e indígenas na educação infantil	A - Jogos, brincadeiras e brinquedos africanos na educação
	B - Jogos, brincadeiras e brinquedos afro-brasileiros
	C - Jogos, brincadeiras e brinquedos indígenas

3 - Poéticas antirracistas na educação infantil	A - Musicalização na infância e cultura africana, afro-brasileira e indígena
	B - Letramentos na infância e cultura africana, afro-brasileira e indígena
	C - Arte, infância e cultura africana, afro-brasileira e indígena

Fonte: UEMG (2024).

O Programa dispunha de carga horária de 20 horas em cada vivência formativa, totalizando 180 horas. Em cada turma do Programa havia uma dupla de mediação composta por um(a) professor(a) da UEMG e por um(a) estudante bolsista de graduação (cursos de licenciatura em pedagogia, história, matemática, ciências sociais e educação física).

Nas vivências formativas eram apresentados materiais de estudo variados tais como textos teóricos, vídeos, documentários, literatura infantil e imagens, como também foram disponibilizados links para páginas externas para acesso a outros conteúdos relacionados a temática trabalhada. Desse modo, os módulos temáticos abordaram, de forma interseccional, as infâncias negras, indígenas e afro-brasileiras, promovendo discussões sobre a inclusão e o combate ao racismo desde a educação infantil. A formação incluiu materiais pedagógicos e teóricos que auxiliam as educadoras a refletirem sobre as práticas cotidianas e a importância de um olhar atento e respeitoso às diversas manifestações culturais e históricas presentes na infância. Entre os conteúdos trabalhados, destacam-se a musicalização, o letramento literário e as brincadeiras e jogos tradicionais das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, que reforçam a pluralidade e a riqueza cultural do Brasil e desafiam a normatividade e o preconceito que ainda permeiam as práticas escolares.

A vivência formativa “Infância indígena, território, cultura e educação”, do módulo 1, por exemplo, teve como um dos objetivos a promoção de reflexões sobre a necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas lúdicas, interativas e antirracistas que rompam com noções equivocadas sobre os povos indígenas. Dentre as atividades propostas, sugeriu-se que as educadoras elaborassem um material imagético colorido para trabalhar com as crianças da educação infantil os costumes, as tradições e as culturas dos povos indígenas.

Diferentes temáticas poderiam ser abordadas como modos de vida, formas de viver, autonomia, biodiversidade, diversidade étnica, brincadeiras, corpo, saúde, espiritualidade, sobretudo a relação das crianças com a natureza, o

território e a família. Outra atividade proposta foi estimular a reflexão sobre as múltiplas infâncias indígenas e educação das crianças indígenas em diversos contextos sociais e culturais. A ideia central desta atividade era discutir a diversidade cultural dos povos indígenas e o caráter dinâmico das suas culturas, sobretudo a urbanização dos espaços de vida das crianças indígenas.

Cada vivência da formação iniciava-se com uma live do(a) professor(a) conteudista, este responsável pela elaboração do material para todas as turmas do Programa. Cada um dos professores(as) conteudistas também atuavam como mediador de uma das turmas, dando assim maior proximidade destes com a formação e os participantes.

Como mediadores/as, nossa função incluía o acompanhamento das atividades e a facilitação dos encontros virtuais, que eram realizados de forma síncrona e assíncrona. Nos encontros síncronos, buscamos incentivar a participação ativa e o diálogo, criando um espaço acolhedor e respeitoso onde todas se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências e questionamentos. Já nas atividades assíncronas, realizamos intervenções e feedbacks por meio da plataforma de aprendizagem, orientando as participantes na realização das tarefas e incentivando reflexões adicionais sobre os temas abordados.

A participação nas atividades, discussões e interações foram contabilizadas como presença. As cursistas deveriam ler os textos, assistir aos vídeos e deixar suas impressões em formato de comentários, imagens ou vídeos. E ao final do curso, se dedicar à produção de um plano de aula com temáticas antirracistas. Para alcançar a certificação do Programa Erês, cada cursista deveria participar de no mínimo 60% das 31 atividades prevista na formação incluindo lives, encontro síncronos, exercícios reflexivos e o trabalho final. Para alcançarmos um maior número de cursistas concluintes do curso e reduzir a evasão, foi oportunizadas atividades de segunda oportunidade ao final de cada módulo.

Das técnicas de mediação e ferramentas utilizadas, podemos destacar diversas estratégias para fomentar a participação e a construção coletiva de conhecimento, como:

- Reflexão Inicial - Em cada módulo, iniciávamos os encontros com uma atividade breve de reflexão ou uma pergunta provocativa relacionada ao

tema, estimulando as educadoras a refletirem sobre suas próprias práticas e contextos antes de adentrar nas discussões teóricas.

- Grupos de Discussão - Utilizamos a divisão em grupos menores para promover discussões mais íntimas e aprofundadas, permitindo que as participantes compartilhassem suas vivências de maneira mais direcionada e se sentissem mais confortáveis para falar. Cada grupo era responsável por apresentar um resumo das discussões ao final, favorecendo a troca de conhecimentos entre todas.
- Plataforma Digital de Interação - A plataforma de aprendizagem utilizada no curso, a Jitsi Meet, de acesso livre e gratuito, permitiu a comunicação assíncrona por meio de fóruns e mensagens diretas, possibilitando a continuidade das discussões entre os encontros. Nessa plataforma, compartilhávamos materiais complementares, recursos pedagógicos e feedbacks das atividades realizadas.
- Uso de Materiais Multissensoriais - Incentivamos o uso de materiais culturais e simbólicos das tradições africanas, afro-brasileiras e indígenas, como músicas, jogos, histórias e imagens, para enriquecer o processo de formação e ampliar a compreensão das educadoras sobre a diversidade cultural. As participantes foram orientadas a experimentar essas práticas em suas realidades locais e a relatar suas percepções e os impactos observados.
- Reflexão e compartilhamento de Experiências - Em diversos momentos, sugerimos que as educadoras se organizassem para desenvolver reflexões conjuntas sobre temas específicos, como estratégias para combater o racismo estrutural nas práticas escolares ou maneiras de valorizar as infâncias negras e indígenas nas atividades cotidianas.

Uma das limitações enfrentadas durante o processo de mediação foi a diversidade de familiaridade das cursistas com a temática étnico-racial. Enquanto algumas já tinham um contato prévio com práticas antirracistas, outras ainda estavam em fase inicial de entendimento e adaptação das práticas

pedagógicas nesse sentido. Esse contexto exigiu uma abordagem diferenciada para atender a todos os perfis, promovendo discussões acessíveis e inclusivas, mas também desafiadoras, para que cada uma pudesse avançar em seu próprio ritmo.

Entre as limitações e reflexões críticas da formação, destaca-se que a mediação online apresentou desafios técnicos, principalmente em relação à conectividade e ao acesso a dispositivos adequados. A adaptação da mediação para o formato online exigiu uma reorganização das estratégias de interação e engajamento, e nem todas as participantes tinham familiaridade com a tecnologia, o que impactou a dinâmica do grupo e limitou, em alguns casos, a participação ativa. A mediação online também impôs uma barreira para algumas educadoras que tinham dificuldades de acesso à internet ou a dispositivos adequados. Embora o curso disponibilizasse materiais em diferentes formatos e os encontros fossem gravados para facilitar o acesso, observamos que a conexão limitada impediu uma parte do público de aproveitar plenamente os encontros síncronos e as discussões em tempo real.

No entanto, buscamos minimizar esses entraves com estratégias de flexibilização, como a gravação dos encontros e a disponibilização de materiais em formatos diversos. A metodologia utilizada permitiu uma rica interação entre as participantes e uma construção colaborativa de saberes, refletindo o compromisso do Programa Erês com uma educação antirracista e inclusiva desde a infância. A prática de mediação foi marcada por um constante diálogo e adaptação, garantindo que o curso atendesse às expectativas das educadoras e proporcionasse uma formação de impacto em suas práticas pedagógicas. A partir dessas interações, foi possível identificar transformações significativas nas perspectivas das educadoras, revelando a potência de uma formação continuada que coloca as relações étnico-raciais e a inclusão no centro da educação infantil.

Além disso, a ausência de encontros presenciais dificultou a criação de uma atmosfera de confiança e conexão entre as educadoras, aspectos que são fundamentais em uma formação que aborda temas sensíveis como o racismo e a inclusão. Em contextos presenciais, as interações espontâneas e as trocas informais muitas vezes contribuem para um aprendizado mais profundo e envolvente. No entanto, apesar dessas limitações, a equipe de mediação buscou adaptar-se, utilizando estratégias de acolhimento e dinâmicas de quebra-gelo

para promover uma aproximação entre as participantes, o que se mostrou eficaz ao longo dos módulos.

As problemáticas com a utilização da ferramenta do AVA foram sendo superadas ao longo do desenvolvimento do curso, devido aos tutoriais elaborados pela coordenação e esclarecimento de dúvidas dos mediadores e suporte técnico por meio dos grupos de Whatsapp das turmas. Com a elaboração dos tutoriais e esse acompanhamento personalizado, as cursistas que tinham dificuldades com a plataforma aprenderam a postar suas atividades e anexos nas formas e locais adequados.

O impacto da formação no repertório das educadoras, foi percebido a partir do enriquecimento do repertório pedagógico das educadoras. Ao longo dos módulos, observou-se uma evolução notável na forma como as participantes passaram a incorporar elementos das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em suas práticas e discursos. Esse processo, mediado pelo acesso a recursos, materiais e reflexões teóricas, foi fundamental para fortalecer a compreensão da importância da representatividade e da diversidade cultural na formação de crianças na primeira infância.

As discussões promovidas durante a formação permitiram que as educadoras compreendessem melhor o valor de introduzir os elementos culturais indígenas, afro-brasileiros e africanos de maneira não estereotipada, respeitosa e contextualizada, abordando-os como parte do cotidiano escolar e das vivências das crianças. A exposição a novas práticas e o incentivo ao uso de músicas, jogos, histórias e narrativas visuais afro-brasileiras e indígenas permitiram que as educadoras se sentissem mais seguras para experimentar tais práticas e adaptá-las a suas realidades locais, uma vez que foram desmistificados conceitos e apresentadas estratégias práticas de implementação.

No entanto, embora o impacto tenha sido positivo, observamos algumas resistências iniciais, principalmente relacionadas ao temor de “falar algo errado” ou de se deparar com questionamentos de famílias e da própria comunidade escolar. Essas dificuldades refletem o peso do racismo estrutural na sociedade e a complexidade do tema, revelando a necessidade de uma formação contínua e de apoio institucional para que essas práticas sejam adotadas de maneira mais aberta e democrática.

Como mediadores/as do curso, assumimos o compromisso de criar um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento dessas reflexões e

mudanças de prática. A atuação mediadora foi fundamental para que as educadoras se sentissem à vontade para expressar seus medos, dúvidas e inseguranças. A confiança construída ao longo do curso permitiu que as educadoras se abrissem a novas perspectivas e se sentissem apoiadas no desafio de implementar mudanças significativas em suas rotinas escolares.

A mediação teve um papel não apenas técnico, mas também afetivo e emocional, o que foi essencial em um curso que lida com questões identitárias e culturais tão profundas. Esse papel de escuta ativa e de acolhimento foi essencial para que as educadoras encontrassem suporte para superar as barreiras pessoais e institucionais enfrentadas. Assim, a mediação não se restringiu à facilitação de atividades e dinâmicas, ela se estendeu para o incentivo e apoio emocional, promovendo um espaço seguro de compartilhamento e aprendizagem.

Desse modo, os encontros síncronos foram marcados por trocas, experiências, interações sociais e aprendizagens que suscitaram reflexões sobre os dilemas e os desafios enfrentados no cotidiano escolar que dificultam a implementação efetiva de vivências antirracistas na educação infantil. Isso valorizou a interação necessária entre os participantes dos encontros, sobretudo ressaltou as vozes, discursos, narrativas e experiências de educadoras, de diferentes partes do Brasil.

A experiência no Programa Erês reforçou a importância de uma formação continuada que promova a educação antirracista de maneira estruturada e sistemática, desde a educação infantil, pois é desde a educação infantil que se deve implementar práticas “contra-adultocêntricas e contracoloniais para combater as desigualdades enfrentadas pelas crianças negras em uma sociedade estruturada pela colonialidade e pelo adultocentrismo como a brasileira” (SILVA, 2024a, p. 8). Em muitos relatos das educadoras, foi possível observar que, antes do curso, havia uma percepção limitada sobre como a questão racial se manifesta no cotidiano escolar e na construção da identidade das crianças devido a toda a colonialidade estruturada no contexto da educação infantil (SILVA, 2024b). A partir das discussões, elas passaram a entender que a educação infantil é um espaço essencial para a construção de subjetividades e para a promoção de valores de igualdade e respeito à diversidade.

A formação também proporcionou uma nova perspectiva sobre a importância de validar as identidades negras e indígenas das crianças, o que contribui para combater o racismo desde a primeira infância. Muitas educadoras

compartilharam experiências de preconceito e exclusão vividas por crianças em suas instituições, e a formação possibilitou uma abordagem mais crítica e consciente dessas questões.

O impacto dessa reflexão foi sentido em relatos das participantes que destacaram uma mudança de postura em suas práticas pedagógicas. Algumas educadoras relataram que passaram a repensar os materiais utilizados na sala de aula, as atividades culturais e os conteúdos narrativos, além de se engajarem na inclusão de referências afro-brasileiras e indígenas nas atividades cotidianas. Esse processo de transformação foi um dos resultados mais significativos do programa, pois demonstra como a educação antirracista pode ser aplicada de forma prática e sensível na educação infantil.

Considerações finais

A formação ofertada pelo Programa Erês trouxe reflexões valiosas sobre inclusão e diversidade na educação infantil, com enfoque nas práticas pedagógicas voltadas às infâncias negras e indígenas. As educadoras foram desafiadas a repensar suas concepções de inclusão e a considerar, não apenas o acesso e a participação de crianças diversas, mas também a valorização e o reconhecimento ativo de suas identidades culturais e raciais.

A partir de reflexões coletivas, as cursistas assumiram posição de sujeitos críticos das suas próprias experiências formativas na medida em que autoquestionavam as práticas pedagógicas que vinham desenvolvendo em suas escolas. Observamos que, ao longo da formação, elas começaram a entender a inclusão como uma prática que vai além do respeito às diferenças. Elas passaram a compreender a importância de incorporar elementos culturais, históricos e identitários que fortaleçam as crianças em sua diversidade, oferecendo-lhes representações positivas e realistas de suas origens e culturas. Essa compreensão amplia a noção de inclusão, transformando-a em um compromisso pedagógico com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A experiência de mediação no Programa Erês revelou o potencial transformador da formação continuada em temas étnico-raciais, especialmente quando direcionada a profissionais que atuam na educação infantil. A participação ativa das educadoras e seu engajamento com os temas abordados demonstraram que existe uma necessidade latente de apoio e formação para que

as práticas antirracistas e de valorização da diversidade étnico-racial sejam incorporadas de forma efetiva nos espaços educativos.

As reflexões proporcionadas pelo curso possibilitaram um amadurecimento significativo nas educadoras, que passaram a se ver como agentes de transformação em suas escolas e comunidades. A formação não só aumentou o repertório pedagógico das participantes, mas também as equipou emocional e intelectualmente para enfrentar os desafios da educação antirracista, contribuindo para a construção de uma educação que respeite e celebre as múltiplas identidades das crianças.

Em suma, o Programa Erês se mostrou uma iniciativa essencial para fortalecer as práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas na educação infantil. A experiência de mediação revelou que, quando as professoras da educação infantil são apoiadas e desafiadas a refletirem sobre suas práticas, elas podem se tornar agentes efetivos na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e com equidade. Todavia, ainda “há muito por fazer pela efetivação da educação antirracista e construção de uma sociedade emancipatória e afropindorâmica para todos, todas e todes, a começar pelas crianças” (Silva, 2024a, p. 17).

Referências

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCIT/UNB, 2015.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 out. 2024.
- BRASIL. **Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 05 out. 2024.
- BRASIL. **Lei 11645 de 10 de março de 2008**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 05 out. 2024.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2018.
- GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida de; RODRIGUES, Eglén Silvia Pipi. Metodologia Intercultural na Formação-Ação para a Educação Infantil: a Cultura Bororo e as Relações Étnico-Raciais. **Laplage em Revista**, Sorocaba, p. 86-101, 2018.
- DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 17, n. 51, 2012.
- NEGREIROS, Dalila Fernandes de. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE DOCENTES POR MEIO DOS PROGRAMAS UNIAFRO E AFRICANIDADES. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, [s. l.], n. 48, 2017.
- MOTTA, Julia Pereira; ARAUJO, Stella Maria Correia de; MAIA, Maria Vitoria Campos Mamede. O lúdico na prática docente decolonial. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2021.
- SANTIAGO, F. **O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil**. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SANTOS FILHO, L. T.; MARQUES, S. A importância da contação de histórias como recurso para a construção de uma educação antirracista. **Revista acadêmica**, v. vol 1, p. 1-16, 2022.

SILVA JÚNIOR, H.; BENTO, M. A. S.; CARVALHO, S. P. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: CEERT/Instituto Avisa lá, 2012.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. Em defesa da educação infantil contra-adultocêntrica e contracolonialista: apresentando um instrumento pedagógico e de luta. In: SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. **Infâncias, educação infantil e relações étnico-raciais**: possibilidades e desafios nos 20 anos da Lei 10.639/2003. Petrolina: IFSertãoPE, 2024a.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. Colonialidade da educação infantil: análise crítica das práticas pedagógicas em uma instituição em contexto periférico. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 01-28, abr. 2024b.

SILVA, Tarcia Regina da; DIAS, Adelaide Alves; AMORIM, Ana Luiza Nogueira de. O currículo para a primeira infância e identidade racial da criança e negra. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente- SP, v. 29, n. 2, p. 243-260, 2018.

UEMG. **Projeto Pedagógico do Programa Erês**: Curso de Formação Continuada em Infâncias, Educação Infantil e Relações Étnico-Raciais. Ibirité: UEMG, 2024.